



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 - ERRATA



ATAS

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 11/7/2012

Às 10 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada Comissão. O Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a debater as condições de trabalho dos servidores nas instituições federais de ensino e a discutir e votar proposições da Comissão. O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 526/2011 (Deputado Carlos Pimenta); 3.217/2012 (Deputado Tadeu Martins Leite); 3.240 e 3.253/2012 (Deputado Pompilio Canavez), todos em turno único. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Vanda do Carmo Lucas dos Santos, Coordenadora Jurídica de Relações do Trabalho da Federação de Sindicatos de Trabalhadores em Educação das Universidades Brasileiras, representando a Sra. Janine Vieira Teixeira, Coordenadora da Fasubra; Cristina Del Papa, Coordenadora de Administração e Finanças da Fasubra, representando o Sr. Paulo Henrique Rodrigues dos Santos, Coordenador da Fasubra; Luiza de Marillac dos Reis, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Ouro Preto e membro da Fasubra, representando o Sr. Gibran Ramos Jordão, Coordenador da Fasubra; Antônio Libério de Borba, do Sindicato dos Docentes do Cefet, representando a Sra. Marinalva Silva Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior; Líria Lara Soares, Secretária de Assuntos Legislativos e Jurídicos do Sinasef - IFMG, representando o Sr. Carlos David de Carvalho Lobão, Coordenador do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; Matheus Malta, Diretor da União Nacional de Estudantes; James William Goodwin Júnior, Diretor de Educação Profissional Tecnológica, representando o Professor Márcio Silva Basílio, Diretor Geral do Cefet - MG; e Samuel Pereira de Carvalho, Presidente da Associação de Docentes da Universidade Federal de Lavras - Adufla -, que são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Celinho do Sinttrocel, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Ato contínuo, fazem-se presentes na reunião a Deputada Liza Prado (substituindo a Deputada Rosângela Reis, por indicação da Liderança do BAM) e o Deputado Rômulo Viegas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. São recebidos pela Presidência, para serem apreciados em reunião posterior, requerimentos dos Deputados Celinho do Sinttrocel, Carlos Pimenta e Liza Prado (15), em que solicitam: 1) sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião desta Comissão ao Ministério Público do Trabalho Federal e Estadual para providências no sentido de apurar as denúncias sobre as condições de trabalho e de ensino das Instituições Federais de Ensino Superior - Ifes-; 2) sejam encaminhadas as notas taquigráficas desta reunião aos Secretários de Relações do Trabalho no serviço público do Ministério do Planejamento, Orçamento e



Gestão; de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação; e de Educação Superior do Ministério da Educação, para conhecimento e providências cabíveis; 3) seja encaminhado ofício aos Senadores e Deputados Federais pelo Estado de Minas Gerais, para que intercedam junto ao governo federal, para viabilizar a abertura de negociações com os servidores públicos federais em greve; 4) seja encaminhado ofício aos Senadores e Deputados Federais pelo Estado de Minas Gerais, para que intercedam junto ao governo federal, para viabilizar a abertura de negociações com os servidores nas Ifes, em greve; 5) seja encaminhado ofício ao Deputado Federal Marco Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, para que se abram as negociações com os servidores das Ifes, em greve; 6) seja encaminhado ofício ao Senador José Sarney, Presidente do Senado Federal, para que se abram as negociações com os servidores das Ifes, em greve; 7) seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Aloizio Mercadante, Ministro da Educação, para que se abram as negociações com os servidores das Ifes, em greve; 8) seja encaminhado ofício à Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que se abram as negociações com os servidores das Ifes, em greve; 9) seja encaminhado ofício à Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que se abram as negociações com os servidores públicos federais em greve; 10) seja encaminhado ofício à Presidente Dilma Rousseff, para que se abram as negociações com os servidores das Ifes, em greve; 11) seja encaminhado ofício à Presidente Dilma Rousseff, para que se abram as negociações com os servidores públicos federais em greve; 12) seja encaminhado ofício aos Reitores e Diretores das Ifes, para que não promovam o corte no pagamento dos dias parados; 13) seja encaminhado ofício à Sra. Miriam Belchior, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, para que não promova o corte no pagamento dos dias parados dos servidores públicos federais em greve; 14) seja encaminhado ofício à Presidente Dilma Rousseff, para que não promova o corte no pagamento dos dias parados dos servidores públicos federais em greve; 15) seja encaminhado ofício à Presidente da República solicitando providência para destinar 10% do PIB para a educação; 16) seja encaminhado documento aos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aos líderes partidários e aos parlamentares da bancada mineira daquelas Casas, recebido nesta reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de julho de 2012.

Carlos Pimenta, Presidente – Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/8/2012

Às 9h34min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Mosconi, Hely Tarquínio e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Mosconi, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar as matérias constantes na pauta e comunica o recebimento de ofícios do Sr. Adrian Nogueira Bueno, Vice-Presidente da Associação Médica de Varginha, informando que a instituição está engajada na coleta de assinaturas para a Campanha "Assine + Saúde" e especificando as ações empreendidas com essa finalidade (publicada no "Diário do Legislativo" de 17/8/12); e da Sra. Elisa Smaneto, Diretora de Gestão Interna do Gabinete Adjunto de Gestão e Atendimento Presidência da República, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.467/2012, desta Comissão (publicada no "Diário do Legislativo" de 10/8/12). O Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.261/2012, em 1º turno, e 3.308/2012, em turno único, (Deputado Doutor Wilson Batista); e Projeto de Lei nº 3.264/2012, em 1º turno, (Deputado Hely Tarquínio). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetido à votação, é aprovado o requerimento do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja retirado de pauta o Projeto de Lei nº 243/2011, em turno único. Após discussão e votação, é aprovado o Projeto de Lei nº 2.876/2012, em 1º turno, que recebeu parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça; e o Projeto de Lei nº 2.897/2012, em 1º turno, recebeu parecer pela rejeição, o qual foi aprovado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 3.247 e 3.259/2012, que receberam parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.375/2012. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. A Presidência recebe, para posterior apreciação, requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio em que solicita seja realizada audiência pública do movimento "Assine + Saúde", no Município de Patos de Minas, a fim de coletar assinaturas para o projeto de lei de iniciativa popular que propõe o investimento de 10% da receita corrente bruta da União em ações e serviços de saúde pública; do Deputado Paulo Lamac em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Educação, de Saúde e de Direitos Humanos, para discutir o tema "Formação profissional como meio de prevenção da violência no parto", sendo convidados todos os participantes da audiência pública realizada na 23ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos, em 1º/8/2012, bem como a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, os gestores de maternidades, os diretores e os docentes de faculdades de medicina e de enfermagem de Belo Horizonte e Contagem; do Deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhada a esta Comissão documentação do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte - CVI/BH, para providências cabíveis; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada audiência pública com a finalidade de debater a "Humanização do Parto"; do Deputado Celinho do Sinttrocel (2) em que solicita seja realizada visita técnica as novas instalações do hospital-siderúrgica localizado em Coronel Fabriciano/MG; e seja encaminhado ofício ao governo federal para que abra negociações, a fim de equacionar a situação financeira das Santas Casas e demais hospitais e entidades filantrópicas na área da saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a



Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2012.

Carlos Mosconi, Presidente - Dinis Pinheiro - Glaycon Franco.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 28/8/2012

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço - Agência RMVA -, em substituição ao nome de Thiago de Pádua Batista Machado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 21.146, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.320/2012, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.372/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - Proinveste - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 302/2011, da Deputada Liza Prado, que possibilita aos membros de igrejas adventistas matriculados na rede pública estadual de ensino dispensa de exames de avaliação curricular em dias que especifica e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 612/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacutinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 760/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a transferência de domínio, do Estado para o Município de Carmópolis de Minas, de trecho da Rodovia MG-270. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.036/2011, da Deputada Rosângela Reis, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Timóteo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.089/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.117/2011, da Deputada Rosângela Reis, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Dias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.549/2011, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco do Glória o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.551/2011, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 28/8/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/8/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/8/2012

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública com a presença de convidados, os serviços prestados pelas concessionárias de telefonia móvel no Estado e, especialmente, os motivos que levaram a Anatel a suspender a proibição de venda de novas linhas por parte de algumas empresas após elas apresentarem plano de investimento.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



**ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10
HORAS DO DIA 28/8/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 10/2011, do Deputado Agostinho Patrus Filho; Projetos de Lei nºs 1.750/2011, do Deputado Fred Costa; 2.428/2011, do Deputado Luiz Henrique; 2.714/2011, do Deputado Doutor Wilson Batista; 2.818/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes; 2.848/2012, do Deputado Hely Tarquínio; 3.007/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.095/2012, do Deputado Arlen Santiago; 3.160/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.258/2012, do Deputado Paulo Lamac; 3.332/2012, do Deputado Fred Costa; 3.354/2012, da Deputada Liza Prado; 3.365 e 3.366/2012, do Deputado Fred Costa.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.454/2011, do Deputado Ulysses Gomes; 3.362/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.371/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.373/2012, do Deputado Neilando Pimenta; 3.382/2012, do Deputado Jayro Lessa; 3.385/2012, do Deputado Anselmo José Domingos; 3.386/2012, do Deputado João Vítor Xavier; e 3.390/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 28/8/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE,
COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 28/8/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.878/2012, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 3.550/2012, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 28/8/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: realizar o monitoramento da Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz do PPAG 2012-2015 no exercício de 2012, com diversos convidados.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 15 HORAS DO DIA 28/8/2012**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.252/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.981/2012, do Deputado João Leite; 3.137/2012, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 3.154/2012, do Deputado Bosco; e 3.157/2012, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Requerimento nº 3.355/2012, do Deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA O ENFRENTAMENTO DO CRACK, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 28/8/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/8/2012**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 28/8/2012, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos: indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome de Thales Rezende Coelho Alves para o cargo de Diretor-Geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço - Agência RMVA -, em substituição ao nome de Thiago de Pádua Batista Machado; e, na 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 21.146, que torna obrigatória a notificação aos órgãos de segurança pública do ingresso na rede de atendimento à saúde de pessoa ferida com arma; do Projeto de Lei Complementar nº 19/2011, do Deputado Gustavo Valadares, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12/1/2006; e dos Projetos de Lei nºs 302/2011, da Deputada Liza Prado, que possibilita aos membros de igrejas adventistas matriculados na rede pública estadual de ensino dispensa de exames de avaliação curricular em dias que especifica e dá outras providências; 612/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacutinga o imóvel que especifica; 760/2011, do Deputado Wander Borges, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Belo Horizonte; 771/2011, do Deputado Ivair Nogueira, que dispõe sobre a transferência de domínio, do Estado para o Município de Carmópolis de Minas, de trecho da Rodovia MG-270; 2.036/2011, da Deputada Rosângela Reis, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Timóteo o imóvel que especifica; 2.089/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 2.117/2011, da Deputada Rosângela Reis, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Antônio Dias o imóvel que especifica; 2.549/2011, do Deputado Sebastião Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Francisco do Glória o imóvel que especifica; 2.551/2011, do Deputado Zé Maia, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Açucena o imóvel que especifica; 2.916/2012, do Governador do Estado, que altera dispositivos da Lei nº 17.701, de 4/8/2008; 2.917/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.918/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.919/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 2.958/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Couto de Magalhães de Minas o imóvel que especifica; 2.959/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cataguases o imóvel que especifica; 3.320/2012, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e 3.372/2012, do Governador do Estado, que autoriza o Poder



Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e do Distrito Federal - Proinveste - e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de agosto de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Zé Maia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/8/2012, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de realizar o monitoramento da Rede de Defesa e Segurança do PPAG-2012/2015 no exercício de 2012 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2012.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2011

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Duarte Bechir, Anselmo José Domingos, Gustavo Corrêa e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 28/8/2012, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2011 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2012.

Ivair Nogueira, Presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 22/8/2012

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados telespectadores da TV Assembleia, assomo a esta tribuna na tarde de hoje para fazer coro com uma notícia alvissareira, relacionada à educação mineira. Jornais de circulação nacional noticiaram que Minas Gerais é o Estado com os melhores índices de educação no Brasil. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - Ideb -, aferido por exame nacional, deu nota 6 para Minas Gerais, para a rede de ensino do Estado de Minas Gerais, considerado pelo próprio Ministério da Educação, do PT, pelo Ministro da Educação, Senador Mercadante, que foi Líder do PT, como padrão internacional de países desenvolvidos.

De acordo com a leitura, a rede estadual mineira também, fazendo corte apenas do ensino fundamental, ficou em 2º lugar. No índice de proficiência no ensino fundamental, Minas Gerais ficou também em 1º lugar, e Santa Catarina, em segundo. Nos anos finais do ensino fundamental, a rede estadual mineira ficou na 2ª posição entre as redes brasileiras, com índice de 4,4. Agora, entre todas as redes, no conjunto das redes estadual, municipal e das escolas particulares, considerando o ensino fundamental, o ensino médio, as séries iniciais e as séries finais, Minas Gerais se classificou em 1º lugar no País. Ou seja, esse é o resultado de um conjunto de esforços que inclui o planejamento que o governo de Minas vem fazendo ao longo do ano e que vem coroando Minas Gerais com o 1º lugar na educação do País.

Mas quero também fazer um comentário, Deputado Tiago Ulisses. Recentemente vimos na televisão e na imprensa que o governo federal, com grande estardalhaço, anunciou o PAC das rodovias, das ferrovias, com investimentos de R\$133.000.000.000,00, Deputado Rogério Correia, em 25 anos. Ou seja, em 25 anos serão investidos R\$133.000.000.000,00 por parte do governo federal, que detém 70% da arrecadação do País. O governo de Minas esteve aqui ontem, na audiência da Comissão de Assuntos Municipais, com participação da Secretária de Planejamento, Renata Vilhena, que demonstrou que Minas Gerais, para os próximos três anos, fará investimentos de R\$57.000.000.000,00. Vejam a diferença: Minas Gerais, nos próximos três anos, investirá R\$57.000.000.000,00; e o governo federal, até 2025, investirá R\$130.000.000.000,00. Temos de fazer aqui um corte importante: o governo federal tem 70% da fatia da arrecadação, ou seja, 70% da arrecadação fica nas mãos do governo federal; os 30% restantes da arrecadação são divididos entre os 26 Estados, o Distrito Federal e os 5 mil Municípios. Minas Gerais, nos próximos três anos, investirá mais de R\$50.000.000.000,00, e o governo federal, que, sozinho, detém 70% da arrecadação, investirá R\$130.000.000.000,00 até 2025. Isso foi divulgado com grande estardalhaço pelo governo federal, que contou vantagem, como se fosse um grande feito.

Lembro, Deputado Carlos Mosconi, a questão da saúde, que é gravíssima em todo o País, como sabemos. O governo federal se recusa a fixar um percentual mínimo a gastar com a saúde. Com a saúde do mais pobre, Deputado Rogério Correia, porque os ricos têm plano de saúde, mas os mais pobres, que dependem do SUS, que são carentes, com esses o governo federal se recusa a gastar o percentual mínimo.

Quando foi votada a regulamentação da Emenda nº 29, foi definido no texto o índice mínimo para o governo federal gastar, e a Presidenta Dilma vetou essa exigência, ao contrário do que fez o governo de Minas. O governo de Minas assinou um TAG com o Tribunal de Contas dizendo: “Eu quero gastar, eu vou gastar; sei que não gasto, mas irei gastar; irei gastar de maneira paulatina”. Assinou em baixo. Não fez como a Presidenta Dilma, que vetou o artigo que estipulava o gasto mínimo. O governo de Minas assinou o documento falando: “Vou gastar o mínimo de 10% este ano, o mínimo de 11% ano que vem e o mínimo de 12% no próximo ano”. Assinou o documento. E a Presidenta Dilma vetou o artigo aprovado pelo Congresso Nacional que determinava o mínimo para a saúde. Para a saúde dos pobres, Deputado Carlos Mosconi, do mais carente, Deputado Rogério Correia.

Ora, o SUS é pago pelas três esferas de governo: governo federal, governo estadual e governo municipal. Os Municípios não gastam mais de 20% da sua arrecadação com a saúde; o governo de Minas está gastando mais de 10%; e o governo federal não quer assinar, não quer aceitar votar um artigo de lei que determina um gasto único com a saúde. Essa é a grande demagogia, a grande mentira. O governo, que se diz responsável, na verdade não é, porque se recusa a colocar na lei o mínimo para gastar com a saúde, e quem perde é o mais pobre, o mais carente.

Da mesma forma, falarei da segurança pública. Vamos abrir na internet, que é para todos, o “site” do Ministério do Planejamento. Vamos olhar o orçamento do governo federal para a segurança pública no Brasil. Pasmem: o orçamento para 2012 do governo federal, elaborado pelo Ministério do Planejamento, é de 0,4%. Nem 1% com a segurança pública: 0,4%. O governo de Minas está prevendo um gasto de 13% com segurança pública; todos os Estados estão gastando 10%, 12%; e o governo federal, 0,4%. Como se os nossos indicadores nacionais na área de segurança fossem muito bons como os da Suécia e da Dinamarca. Como se não tivéssemos problemas na segurança pública, como se não tivéssemos problemas com o sistema prisional. E o governo federal se recusa a gastar seus recursos com a segurança pública: 0,4%. Minas Gerais é o Estado que tem o quarto menor índice de criminalidade do País, mas é o Estado que mais investe em segurança pública no País, ao contrário do governo federal, que vira as costas para os Estados como se o problema não fosse dele, como se não fosse o governo federal o maior arrecadador.

Temos que lembrar, Deputado Rogério Correia, que, no governo do PT, nos oito anos do Lula, e agora no governo da Dilma, tivemos o período em que os bancos tiveram os maiores lucros. Nunca antes na história deste país os bancos tiveram tanto lucro como no governo do PT, aquele que quer enganar a população dizendo que é um governo dos pobres. É um governo dos ricos. Pobres amigos deles, esses sim.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é momento de refletir. Este ano é ano de eleições, e não farei da tribuna pedido de voto para ninguém, até porque não é permitido. Mas é um momento de reflexão de todos nós, cidadãos. Quero lembrar que foi uma luta, ao longo de 25 anos, para o povo reconquistar o direito de votar. Brigamos, pessoas deram até o próprio sangue para reconquistar o direito do voto. E agora vêm alguns fazer campanha pelo voto nulo ou pelo não comparecimento. Não sabem que termos o direito de votar custou a vida de muitos. Mas, para votar, tem de ser com responsabilidade. Aí, temos de refletir sobre esses números. O governo federal se recusa a colocar no texto da Constituição o mínimo para gastar com a saúde. O governo federal se recusa a gastar com a segurança pública. Há várias PECs no Congresso Nacional propondo um gasto mínimo com a segurança pública. Os governos dos Estados fazem a sua parte, suando a camisa, com seus investimentos em torno de 10% e 12% - aliás, Minas Gerais é o Estado que mais gasta e investe. Eles se desdobram e lutam para conseguir fazer investimentos na área de segurança, enquanto o governo federal investe 0,4%.

Portanto, Sr. Presidente, esse é o momento de todos fazermos essa reflexão, apesar de tudo isso e da má vontade do governo federal. Aliás, lembramos que a Presidenta Dilma gosta de dizer que é mineira, mas até agora nada fez para Minas Gerais. O governo federal se recusa e vira as costas para os Estados, deixando-os na maior penúria. E aí vem alguns Deputados da Oposição tentar dizer que Minas Gerais está quebrada e não tem dinheiro. Nenhum Estado nem Município tem dinheiro. Na verdade, o dinheiro está no governo federal, que arrecada 70% do bolo. E digo mais: Minas Gerais - e isso acontece também com outros Estados - repassa de tributos para o governo federal todos os anos quase R\$30.000.000.000,00. O governo federal só repassa para Minas Gerais R\$11.000.000.000,00. Daquilo que é passado, coletado dos mineiros para encher os cofres do governo federal, um sexto retorna em investimentos para o nosso Estado. Quer dizer, o governo federal vira as costas para Minas Gerais, assim como, de resto, para quase todos os Estados, a não ser aqueles que são governados pelo PT. Na verdade, para esses há um “dinheiroduto” com o qual faz investimentos, dinheiro esse que muitas vezes vem dos cofres públicos, e às vezes por caminhos transversos, como temos visto todos os dias no julgamento do mensalão, na CPI do Cachoeira...

Quando conceder aparte ao Deputado Rogério Correia, e o concederei com o maior prazer, eu o ouvirei educadamente. Portanto lhe peço que me escute educadamente, enquanto estiver concluindo meu raciocínio.

Dizia que para os Estados governados pelo PT recursos não faltam, são cachoeiras e cachoeiras de recursos que chegam aos Estados governados pelo PT.

É como se o povo que mora e reside nos Estados governados pelo PSDB não fosse brasileiro. É como se nem todos fossem brasileiros e irmãos na mesma pátria. O governo federal segrega. Para ele só são brasileiros aqueles que são governados pelo PT; e os que não o são serão segregados e rechaçados, e para lá não irá investimento algum. Vemos aí a penúria em que estão a saúde, a segurança pública e a educação. Essa é a grande verdade. Mesmo assim, lutando contra tudo e todos do governo federal, Minas Gerais conseguiu índices admiráveis na educação. O nosso Estado está em 1º lugar nos índices da educação, superando todos os Estados, inclusive aqueles que recebem as cachoeiras de recursos geridos pelo PT. O Ministério da Educação, dirigido pelo Senador Mercadante, que, como todos sabemos, foi Líder do PT, considera a educação de Minas no nível da de país de Primeiro Mundo. Na verdade, foi ele quem disse que a educação de Minas é a melhor do Brasil. Apesar das greves, da catimba, do PT xingando, dos desgovernos todos que havia antigamente e do governo federal se recusando a ajudar, temos hoje a melhor educação do País.

Sr. Presidente, conseguiremos marchar, ou melhor, continuaremos marchando, porque sabemos aonde queremos chegar, temos planejamento e indicadores e sabemos quais metas atingiremos. E nós as atingiremos graças à nossa organização, ao contrário do que acontece no governo federal.



Quando fui Secretário de Defesa Social, reuni-me várias vezes em Brasília, no Ministério da Justiça, para tratar de segurança pública. Essa mesma segurança na qual o governo federal só investe 0,4%. E qual não foi a nossa surpresa ao verificarmos que o governo federal não possui um programa de segurança pública para o País. Essa é a grande realidade.

Sr. Presidente, o meu tempo está esgotado. A campanha está soando. Hoje é quarta-feira, um dia intenso de trabalho na Casa. Várias comissões estão funcionando.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/8/2012, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.195, de 4/7/00, e 5.310, de 21/12/07, e da Lei nº 15.014, de 15/1/04, assinou o seguinte ato:

exonerando, a pedido, a partir de 27/8/2012, Patrícia Mesquita Nunes do cargo de Técnico de Apoio Legislativo, na especialidade de Técnico de Apoio Legislativo, padrão VL-31, classe I, código AL-TE, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Genaro de Oliveira, matrícula 3680-3, no período de 1º a 15/6/2012.

Mesa da Assembleia, 21 de junho de 2012.

Dinis Pinheiro, Presidente.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 64/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 13/9/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço global, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de conjuntos para impressão compostos de impressoras jato de tinta, suprimentos e garantia.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Rodrigues Caldas, nº 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 59/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 74/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 14h30min do dia 12/9/2012, pregão eletrônico, através da Internet, do tipo menor preço global, tendo por finalidade o fornecimento de equipamentos de áudio.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos “sites” www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras da ALMG, na Rua Martim de Carvalho, 94 - 5º andar, Bairro Santo Agostinho, em Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, no horário das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,05 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2012.

Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2012

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 81/2012

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 17/9/2012, às 14h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de circuladores de ar.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos "sites" www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$ 0,05 por folha. Caso os interessados preferam, poderão solicitar a reprodução eletrônica gratuita, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 27 de agosto de 2012.
Eduardo Vieira Moreira, Diretor-Geral.



ERRATA

ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 21/8/2012

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 23/8/2012, sob o título "REQUERIMENTOS", no Requerimento nº 3.558/2012, na pág. 26, onde se lê:

“Sr. Thales Alves”, leia-se:

“Sr. Thales Alves da Silva”.

E, onde se lê:

"Dança do Gueto - A vida na Favela do Cascalho - Morro das Pedras", leia-se:

"Dança do Gueto - A difícil vida no Cascalho".